

A luta por salários e condições de trabalho dignas

A campanha salarial de 2004 iniciou-se numa situação poucas vezes vivenciada por professores e funcionários: em meio a uma crise sem precedentes, vemos-nos ameaçados de não obter nenhum tipo de reajuste salarial, em nome da manutenção do emprego, apregoada pela Reitoria num momento em que os professores são ameaçados cotidianamente com cortes de contrato de trabalho e conseqüente redução de seus salários.

Pior, a categoria dos professores, junto com uma parcela dos funcionários, acumula dívidas do ano de 2003 pelo não-pagamento da 2ª parcela do 13º salário, de parte da recomposição salarial referente ao ano de 2002 e atrasos salariais consecutivos que este mês completam um ano.

Nas primeiras negociações entre professores, funcionários e Reitoria esta levantou a proposta de aumento zero no ano de 2004. Recusada a proposição, os administradores da universidade apresentaram nova proposta aos funcionários, prevendo o "reconhecimento do Índice do Dieese", que somente seria aplicado em fevereiro de 2005.

O clima instaurado pelas ameaças de cortes e atrasos salariais fez com que boa parte dos professores se ausentasse das assembleias, não avaliando concretamente o que

representa hoje a perda do ICV-Dieese para os salários dos docentes. Porém, num cálculo superficial, poderíamos dizer que, se a proposta feita aos funcionários fosse aplicada aos salários dos docentes, em fevereiro de 2005 acumularíamos uma perda de cerca de 76% de um salário para cada professor.

Neste sentido, os professores, reunidos na mais recente assembleia da categoria, decidiram elaborar este número especial do jornal *PUCviva* em que, com a participação da Associação dos Funcionários da PUC-SP, procuram mostrar a importância desta campanha salarial, num momento difícil da universidade, mas que nem por isso deve descartar nossa mobilização, para que possamos manter com dignidade aquilo que, ao longo destes anos, conquistamos com muita luta.



JOÃO CARLOS PIRES

Assembleia conjunta de professores e funcionários realizada em março/2003

Por que não podemos e não devemos abrir mão do valor de nosso salário

Nenhum trabalhador consciente do lugar que ocupa nas relações de trabalho e produção pode admitir a redução de seus ganhos, seja qual for o argumento apresentado pelo empregador. Como se vê, essa é uma posição de princípio do assalariado, numa sociedade em que impera a venda da força de trabalho e sua exploração.

Acreditar que a relação entre salário e trabalho pode ocorrer em uma situação excepcional, em que não haja exploração, é um equívoco que viola o princípio de defesa do salário. Em qualquer ponto da cadeia de relação assalariada, o salário de um setor é um elo da cadeia geral da exploração do trabalho. É assim que funciona a máquina capitalista. Imaginar o trabalho do professor fora desse sistema, ou criar a excepcionalidade partindo de valores ou conceitos ideológicos, resulta em uma artificial separação da cadeia do trabalho assalariado.

Na situação em que a tendência do sistema assalariado é de desvalorizar o a força de trabalho, desconhecer essa lei econômica significa admitir a degenerescência das condições de vida da maioria, e não só daqueles que abrem mão da defesa do valor de seu próprio salário. Vemos, então, que o princípio da defesa do valor da força de trabalho não é uma abstração ou capricho subjetivo, mas converte-se em resultado prático, envolvendo as condições de existência de quem trabalha. A diretoria da Apropuc norteia sua ação de defesa da reposição salarial por esse princípio.

A Reitoria tem insistido que a crise financeira da instituição não lhe permite reajustar os salários - o que significa impor perdas e rebaixá-lo. Por outro lado, a direção da universidade atua no sentido de sobrecarregar o trabalho do professor por meio da elevação do número de alunos por sala de aula e alterações nos contratos. Esse conjunto afeta o valor do trabalho e as condições de ensino. São medidas que expressam os valores da exploração do trabalho, que, evidentemente, estão em contraposição aos valores da defesa da força de trabalho.

Abrir mão do princípio do trabalhador é admitir e se sujeitar conscientemente à exploração do trabalho. Pior ainda: é aceitar conscientemente essa exploração e inconscientemente colaborar com a situação dramá-

tica das condições de exploração e existência da maioria. Chegamos ao ponto da responsabilidade social de todo e qualquer assalariado perante o conjunto. E é mais grave ainda, do ponto de vista geral, quando se trata de quem tem um padrão salarial bem acima da maioria trabalhadora do país.

Compreendendo isso, a diretoria da Apropuc tem se pautado rigorosamente dentro do princípio de defesa do valor da força de trabalho. Um outro lado da questão está em que essa defesa tem ocorrido na mais ampla democracia do trabalhador. Nenhum passo tem sido dado sem que seja convocada a assembléia e nenhuma decisão de assembléia tem deixado de ser cumprida.

As opiniões individualizadas ou induzidas por grupos de pressão que fazem parte da própria estrutura institucional da universidade, com maior ou menor compromisso com a administração, embora também assalariados, puderam manifestar-se nas assembléias. Devemos ter clara essa ambigüidade funcional - trabalho e administração - para entender as pressões favoráveis a que a Apropuc abra mão do que há de mais elementar, que é o reajuste dos salários. Observemos bem: não estamos falando em aumento real. Essa clareza também é importante para saber de onde vem o pressuposto de que a Apropuc é responsável pelos desequilíbrios financeiros da PUC e por desestabilizar a via administrativa de solução da crise.

Temos de responder afirmando que a única responsabilidade da Apropuc tem sido a de defender o valor da força de trabalho. Os milhões de reais de dívida, os juros altíssimos pagos por essa dívida aos bancos, inadimplência, possíveis erros administrativos etc., não são de responsabilidade do trabalho do professor e de seus salários. Aqueles que querem imputar à Apropuc uma responsabilidade que não é dela não fazem senão exigir que abramos mão da defesa do trabalho. E que, considerando a natureza desse trabalho, abramos mão da defesa do valor do ensino.

Sobre a base desse princípio é que a Apropuc luta para que esta campanha salarial faça o mesmo que a anterior: que haja reposição dos salários de acordo com o índice do Dieese.

Erson Martins,
diretor da Apropuc.

Trabalho, salário e a universidade

Hamilton Octavio de Souza

Vivemos uma situação de muita confusão dentro da PUC-SP. Confusão de papéis, confusão de projetos, confusão de compreensão da realidade, confusão do que é circunstancial e o que é estrutural. A única maneira de se acabar com essa confusão é separar cada assunto e cada questão, entender cada um na sua trajetória e na sua perspectiva, e só relacioná-los nos aspectos que tenham a ver um com o outro.

Dia 1º de março, todo ano, é a data-base da categoria dos professores, da qual fazemos parte. É início de novo contrato de trabalho, o acordo ou dissídio coletivo, através do qual relacionamos as várias cláusulas econômicas e sociais, entre as quais a recomposição do salário corroído pela inflação dos últimos doze meses. Todo ano, acertamos com o empregador o índice de correção.

Se a universidade, que é privada e obtém sua receita através das mensalidades dos alunos, também corrigidas anualmente, está vivendo, circunstancialmente, uma situação de déficit financeiro (recebe menos dinheiro do que o que precisa pagar), a tendência de quem a gerencia é estabelecer prioridades de pagamento. No caso da PUC-SP, a Reitoria decidiu economizar recursos nos salários dos professores e dos funcionários – por isso não quer pagar a perda provocada pela inflação.

Diante deste impasse, podemos levantar as seguintes questões: 1ª) O corte dos salários é a única alternativa para o equilíbrio financeiro da universidade? 2ª) Os professores devem abrir mão da recomposição dos seus salários diante do desequilíbrio financeiro? 3ª) Essa é uma situação circunstancial (passageira) ou estrutural (permanente) na universidade? As respostas a essas questões são fundamentais para um posicionamento consciente, correto e ético dos professores.

O corte dos salários não é a única alternativa. O déficit geral da universidade advém de aumento da inadimplência no decorrer do último ano. Mas só existe déficit geral porque a PUC-SP paga uma fortuna de juros aos bancos, mensalmente. Sem o pagamento desses juros, o orçamento operacional da universidade fica equilibrado, mesmo com a inadimplência e mesmo com o reajuste dos salários. Ou seja, se a dívida não existisse, a universidade poderia pagar os reajustes. Como a dívida existe, ela provoca o déficit. O problema, portanto, não são os salários reajustados; o problema é a dívida. Se o problema é a dívida, é preciso encontrar uma saída para ela, de tal

forma que ela possa ser paga sem causar desequilíbrio no orçamento da universidade.

Os professores não podem abrir mão da recomposição salarial. Se não houver correção agora, essa defasagem significará novas perdas (redução salarial) no futuro, em cascata. Mesmo que os professores com mais anos de trabalho e no topo da carreira acadêmica considerem os seus salários justos, ou elevados se comparados com outras escolas, a aplicação da correção é fundamental para todos do quadro docente, especialmente para os que estão começando e dependem muito de seu salário para sobreviver. Quem defende abrir mão do reajuste não está pensando na importância de manter um quadro de carreira com compensação salarial que lhe permitiu chegar até onde chegou; abrir mão do reajuste é deixar de ser solidário com seu colega professor que ganha bem menos e precisa do reajuste.

A crise financeira da PUC-SP, tudo indica, é apenas circunstancial. Pelo valor cobrado nas mensalidades e pela receita obtida, a universidade tem condição gerencial para equilibrar seu orçamento, principalmente se conseguir negociar a dívida com os bancos e deixar de pagar os níveis atuais de juros. Trata-se, portanto, de uma solução gerencial. Tanto é que a universidade viveu vários anos com os salários em dia e com os devidos pagamentos das reposições salariais. O problema estrutural da PUC-SP não está na receita e na despesa, não está nos salários dos professores e dos funcionários; o problema estrutural da universidade está na dificuldade administrativa para mobilizar recursos humanos com capacidade de desempenho e eficiência.

O papel do professor, neste momento, enquanto trabalhador e membro da categoria docente, é defender a recomposição salarial de todos os professores, inclusive para se manter o quadro de salários da universidade em nível compatível com o mercado de trabalho. E o papel da Apropuc, que é a entidade representativa de todos os professores, é defender os interesses da categoria junto aos empregadores – mesmo que estes sejam representados por prepostos eleitos entre os professores. Cada qual cumpre o seu papel e a sua função. Vamos evitar essa confusão.

Hamilton Octavio de Souza
é professor do Jornalismo e diretor da Apropuc.

Em direitos não se mexe!

Em defesa do salário e do ensino!

Bia Abramides

A campanha salarial iniciada em março pelos professores e funcionários através de suas entidades representativas – APROPUC e AFAPUC – obteve da Reitoria, até o momento, as propostas de adiamento da campanha para junho e de nenhum reajuste salarial, ambas rejeitadas pelas assembleias das categorias.

No último período, em debates promovidos pela APROPUC entre professores e Reitoria, por diversas vezes indagamos: por que a Reitoria não expôs claramente sua política frente à crise, a não ser a análise de que o déficit da PUC é resultante da relação única entre mensalidades e salários? Por que não busca novas formas de captação de recursos? Por que não apresenta uma planilha que de fato esclareça o que é custo contábil, administrativo e financeiro?

A crise dos anos anteriores foi contornada com o aumento das mensalidades pagas pelos estudantes, tornando a PUC ainda mais elitista quanto ao acesso e permanência. A situação de empobrecimento em decorrência da crise econômica do país faz com que a inadimplência se amplie, posto que os alunos não estão conseguindo pagar os altos custos das mensalidades. Por que a PUC não estabelece uma política de redução de mensalidades para a diminuição da inadimplência, otimização de vagas e nenhum aluno fora da PUC?

O sindicato dos professores e o sindicato das mantenedoras assinaram um acordo prevendo o pagamento do ICV-Dieese em duas parcelas: 3% em março e 3,26% em junho, totalizando 6,38%. A Reitoria diz não ter condições de cumprir o acordo firmado. Os professores não podem abrir mão do acordo já garantido em lei, portanto rejeitam a proposta de nenhum aumento enviada pela Reitoria, que expressa um ataque aos direitos, atingindo o trabalho acadêmico de funcionários e professores, com rebatimento na formação dos alunos.

De acordo com a Reitoria, os atrasos salariais e dívidas trabalhistas somam 15 milhões, sendo estimados em 8 milhões os atrasos salariais. Os professores tornariam a PUC inviável se solicitassem o pagamento dos atrasados, via judicial, o que de fato representaria um rombo insustentável para a universidade. De forma conseqüente e responsável, porém, deliberamos em assembleia que o pagamento dos atrasados fosse de acordo com os juros bancários que nos foram cobrados para saldar nossos compromissos devido ao parcelamento do salário. Reduzir o direito trabalhista a uma luta corporativa que pode vir a desestabilizar a instituição, conforme argumenta um grupo de professores em documento intitulado *Carta à Comunidade da PUC-SP*, configura uma posição assentada na quebra de direitos trabalhistas, aí sim desestabilizando os trabalhadores e responsabilizando-os

pelo ônus da crise. Por que a Reitoria não revê o pagamento dos juros bancários, ao invés de não pagar em dia o nosso salário? Por que a Reitoria não vem a público apresentar a prestação de contas da real situação da PUC?

Gostaria de chamar a atenção para o esvaziamento das duas últimas assembleias da APROPUC referentes à campanha salarial, sendo que a assembleia anterior a estas, que teve como primeiro ponto de pauta o conflito gerado na universidade pela ocupação da Reitoria pelos alunos, esteve bastante concorrida, votando-se para que os pontos de pauta sobre campanha salarial e comissão de mobilização fossem tratados em uma próxima assembleia.

Aí devemos nos perguntar: por que o esvaziamento das assembleias para tratar da campanha salarial? Parte dos professores está satisfeita de não ter recebido a segunda parcela do 13.º salário? Concordam com o fato de não terem ainda recebido os atrasados devidos, que já perfazem mais de um salário? Estão aguardando a definição de chapa(s) concorrente(s) para as eleições da Reitoria? Penso que o imobilismo dos professores contribuirá ainda mais com o processo de quebra de direitos trabalhistas, perdas salariais e precarização das condições e do contrato de trabalho em curso na PUC-SP, em um momento que sua crise estrutural se aprofunda.

É fundamental que os professores venham debater suas propostas em nossa campanha salarial na defesa do salário, do contrato de trabalho, bem como construir a mobilização necessária para fazer frente aos graves problemas educacionais e à reforma do ensino superior no Brasil, que caminha no sentido de desconstitucionalização do ensino sob a lógica privatista e mercantil, afetando diretamente o ensino público e as universidades comunitárias.

Afeta ainda a situação dos trabalhadores do ensino – professores e funcionários – nas esferas pública e privada pela flexibilização das relações de trabalho, de contrato de trabalho, de direitos sociais, educacionais e trabalhistas; dos projetos de formação profissional e pedagógica, com rebatimentos no ensino, na pesquisa e na extensão.

Para responder a todos esses ataques, é premente a construção de um fórum amplo de professores, funcionários e estudantes na defesa geral do ensino público, laico, gratuito, de qualidade e na defesa de continuidade da PUC crítica, democrática, de qualidade, com ampliação de acesso e permanência, comunitária na direção social que historicamente construímos.

Maria Beatriz Costa Abramides
é professora da Faculdade de Serviço Social

O acordo de campanha salarial 2004

Priscilla Cornalbas

Professor,

A campanha salarial de 2004 depende da nossa mobilização e da nossa organização. Este ano, o Sinpro fechou um acordo de campanha com a patronal do ensino superior, em que garante aos professores deste nível de ensino uma recomposição salarial de 6,38% - índice do Dieese - em duas parcelas, 3% a partir de 1º de março e 3,36% a partir de junho. A APROPUC sempre teve uma tradição de luta que nos proporcionou acordos internos superiores e recomposição salarial acima dos acordos do Sinpro. Essa tradição de luta independente tornou a APROPUC referência para outras categorias e para a própria categoria dos professores. Este ano, vivemos uma situação suigêneres, em que a Reitoria, justificando a crise financeira da universidade, propõe um acordo zero no índice. Nossa participação nas assembleias deve ser o termômetro para balizarmos o acordo que devemos firmar.

No ano passado, durante a campanha salarial, afirmávamos as dificuldades enfrentadas para firmar um acordo que nos garantisse a recomposição salarial. Após uma mobilização que levou os professores a romperem a unidade com os funcionários, mas ao mesmo tempo se comprometerem com o seu próprio processo de mobilização, acabamos firmando um acordo parcelado, que não foi cumprido pela Reitoria na sua integralidade. Em junho do ano passado, nossos salários começaram a serem pagos parceladamente, o que permanece até hoje. No segundo semestre de 2003, a Reitoria dirigiu-se à universidade, através das entidades, e ao Conselho universitário, anunciando que a crise financeira impossibilitava o cumprimento do acordo salarial, propondo um conjunto de medidas (entre elas o adiamento do cumprimento do acordo, a revisão do acordo interno - cláusulas relativas ao período de estabilidade, ao quinquênio, bolsa de estudos na pós-graduação) e afirmando que essas medidas, entre outras ligadas à área acadêmica e de captação de recursos externos, possibilitariam à universidade recuperar um equilíbrio de forma a planejar no ano de 2004 uma saída para a crise. A Reitoria afirmava também que esse conjunto de medidas possibilitaria em fevereiro/2004 o retorno do pagamento dos salários em dia.

Se nem todas as medidas foram aplicadas, foram aquelas que diziam respeito aos nossos salários. Até o momento presente, o acordo interno da campanha salarial /2003 não foi cumprido na sua integralidade, nossos salários continuam sendo atrasados todos os meses, ficamos sem receber a segunda parcela do 13º salário e a maioria dos professores está até hoje sem recebê-los, o acordo em torno das perdas relativas aos atrasos salariais ainda não foi concretizado. Ao mesmo tempo, obtivemos a informação, em reunião com a Reitoria, de que a dívida com os

professores e uma parcela dos funcionários chega a 8 milhões de reais. Essa informação, comparada ao que se afirmava no final do ano passado, que a universidade necessitava de um respiro para poder equacionar suas contas e, portanto, partir de um patamar diferenciado para o ano de 2004, leva-nos a crer que o respiro foi feito às custas de nossos salários, ou então a avaliação apresentada era falsa. Oito milhões de reais foram administrados para pagar uma conta que desconhecemos, a dívida da universidade continua assombrando, sem sabermos suas reais causas. Uma reforma do Prédio Novo foi feita, ao final do ano, sem que pudéssemos acompanhar o seu montante e seus desdobramentos (soubemos apenas suas implicações acadêmicas, com o adiamento das aulas), as mensalidades escolares foram aumentadas em média 13%, sem que soubéssemos o que isso representa na administração financeira dos recursos desta universidade.

O que temos certeza é de que nós professores estamos pagando uma dívida que desconhecemos, com o nosso trabalho e com os nossos salários. O que temos certeza é de que nós professores precisamos coletivamente nos apropriar da real situação desta universidade, de forma que possamos escolher conscientemente a melhor decisão a tomar. Ficamos passivos diante de uma situação que se nos apresenta, aceitando como fato inevitável o que desconhecemos, só nos coloca diante de um imobilismo que não servirá a ninguém.

A APROPUC tem sido, historicamente, o núcleo organizador do coletivo de nossa categoria, e através dela temos construído saídas que nos permitiram conquistar os patamares de qualidade desta universidade. Neste momento é necessário afirmar mais uma vez este espaço. Sabemos que, diante de crises, somente as saídas coletivas é que possibilitam saltos de qualidade.

No ano de 2003 fizemos um esforço convocando ao todo mais de 30 assembleias. Neste ano, em que a situação se agrava, com a "proposta da reitoria de índice zero", no bojo de uma dívida com os professores que se avoluma, é da responsabilidade de cada professor manifestar-se diante do fato de ter, enquanto trabalhador, aviltado aquilo que o constitui na sua integridade, que é sua força de trabalho. É a nossa força de trabalho que está sendo dilapidada quando aceitamos atrasos salariais ou índices zero de recomposição, e diante desse fato não podemos recuar.

Conclamamos a todos que venham participar das assembleias da APROPUC e decidir coletivamente e de forma organizada o que é o melhor para nossa categoria.

Priscilla Cornalbas é professora da Faculdade de Educação e presidente da APROPUC

A crise da universidade e a Faculdade de Direito

Eloisa de Sousa Arruda

Nenhum setor da PUC-SP restou imune à crise que nela se instalou e para a qual não se vislumbram perspectivas de solução. Neste momento, a notória e recomendável preocupação daqueles que detêm a Reitoria, após tantos anos gerindo a universidade, é com o corte de despesas e pagamento de dívidas em atraso. Mas procede atropelando garantias e direitos de seus professores e funcionários.

O corpo docente tem dado mostras constantes de cooperação para o não-agravamento do quadro. E o faz à custa de sacrifício pessoal, postergando o exercício de seus direitos e abrindo mão de medidas mais drásticas, mas de todo pertinentes, para fazê-los valer.

Na Faculdade de Direito, os professores, além de atingidos pelos atrasos generalizados de salários e não-cumprimento de seus direitos trabalhistas, enfrentam, desde o início de 2003, alterações unilaterais de seus contratos de trabalho, praticadas sem prévia comunicação.

Apesar das inúmeras tratativas levadas a efeito junto à Reitoria e à Vice-Reitoria Acadêmica, tais órgãos mostram-se intransigentes na correção das ilegalidades e injustiças exaustivamente denunciadas. Pior que isso: no início do ano em curso, novas alterações contratuais foram feitas e aproximadamente cento e cinquenta professores de todos os departamentos da Faculdade sofreram cortes de horas contratuais.

Argumenta-se com a aplicação da lei, a Deliberação 65/78, para toda a universidade, mas abandona-se o sentido do justo.

É de se ver que a mencionada Deliberação só é considerada de forma taxativa e sem atenção às peculiaridades do Curso de Direito quando vem em prejuízo de seus professores. Tanto é assim que nada menos que noventa e oito contratos foram transformados em horas quebradas (TP5, TP15, TP25 e TP35), e, portanto, sem respaldo na referida norma.

Evidente também, que a Deliberação 65/78, a pretexto de promover equiparação de critérios para toda a universidade, é criadora de profundas injustiças. Como se pode conceber, apenas para citar uma destas, que um professor receba um salário por lecionar numa turma com 46 alunos, sendo que seu colega, lecionando a mesmíssima disciplina, por ter 50 alunos em sala ao lado, receba o dobro? Isso sem falar que os mesmos 4 alunos que não estão na turma do matutino é porque migraram para o noturno e passaram a integrar outra

com até 60 alunos, o que nada acrescenta ao salário do professor do período da noite.

Nas últimas assembléias de professores, ficou óbvio que a vetusta Deliberação 65/78 vem sendo interpretada e utilizada, ao longo dos seus quase trinta anos de existência, de maneiras diversas nos departamentos da universidade. Assim não fosse, quando agora se fala em padronizar sua aplicabilidade, não surgiriam tantas manifestações de descontentamento e inconformismo. Veja-se o exemplo recente do Jornalismo, que chegou a entrar em estado de greve por conta da tal padronização.

Mais do que criar desigualdades, a Deliberação 65/78 coloca a universidade na frágil e constante situação de ré em ações trabalhistas que poderão ser promovidas pelos professores lesados.

O foro para discussão da campanha salarial de 2004, dos contratos de trabalhos dos professores e de outras tantas questões que nos afligem e que dizem respeito à Casa que escolhemos para exercitar vida acadêmica, são as assembléias de professores. Ricos encontros, onde compartilhamos vivências, trocamos idéias e buscamos soluções.

Aos professores do Direito, talvez seja a hora de iniciarmos uma participação mais ativa, efetiva, deixando de lado o discurso que prega serem mesmo desta forma as coisas na PUC-SP.

É verdade que temos as dificuldades decorrentes do perfil de nossos professores. Além da docência, desempenhamos funções em outras áreas - Magistratura, Ministério Público, Procuradoria, Polícia e Advocacia - o que, longe de ser defeito, só tem servido ao enriquecimento dos conhecimentos que transmitimos aos nossos alunos. Aliadas a isso, temos a pesquisa científica e a preparação e orientação de atividades acadêmicas fora de sala de aula, o que faz de nosso curso referência no Brasil, sendo que muitos de nossos professores conquistaram, pelo seu profícuo trabalho, notoriedade internacional.

Todavia, somos agora chamados pelos professores dos outros cursos a dar um pouco mais dos nossos esforços, a unir forças, pois só assim surgirão novos caminhos a serem trilhados pelos que aqui pretendem permanecer em condições dignas, pensando e efetivamente construindo a universidade que queremos.

Eloisa de Sousa Arruda
é Professora da Faculdade de Direito

A responsabilidade social da universidade e a conjuntura atual da PUC

Vera Lucia Vieira

Iniciamos este processo de eleições para a direção da APROPUC em uma conjuntura que demanda algumas reflexões sobre a função social da entidade em face de sua trajetória e da atual correlação de forças vigente nesta universidade.

A questão que se coloca é: como garantir que esta entidade, representativa dos docentes desta universidade, cumpra a função para a qual foi instituída - que é a de, fundamentalmente, garantir os direitos conquistados e lutar pela preservação de condições mínimas para um desempenho profissional com qualidade e responsabilidade, vinculadas à finalidade da universidade junto à sociedade, dada a atual correlação de forças que chega a questionar a pertinência destas lutas? Pode-se retrucar que tais questionamentos sempre existiram, mas não se pode omitir que há um diferencial neste momento, que consiste não em negar a participação individual nestas lutas, mas em considerar, já não mais sublinearmente, que tais demandas põem em risco a preservação da própria universidade.

Não quero aqui entrar no discurso já conhecido da associação entre as medidas que vêm sendo anunciadas e/ou tentadas e a lógica neoliberal apontadas como única alternativa às atuais crises e em particular nesta instituição. Creio também que as reflexões sobre o espelho que esta instituição representa das tendências vigentes na sociedade também têm sido bastante elucidativas. Também as evidências de que o aumento das mensalidades, seguido do aumento do número de alunos por classe ou de vagas e a ampliação da carga de trabalho dos docentes, mostraram-se medidas inócuas, já foram explanadas até pela atual Reitoria. Nesse momento, atribuir à falta de uma política que tivesse garantido aos conselhos deliberativos a tomada de decisões de forma mais orgânica e integrada também não me parece mais tão relevante, dada a exaustão com que isso foi debatido em assembleias no último ano. Traçar o perfil dos docentes desta universidade tentando entender o porquê desta ausência de discussões propositivas que preservem opiniões distintas sem desqualificações dos argumentos só tenderá a acirrar tal comportamento.

Tais debates evidenciam a insatisfação com o que estamos fazendo, o que nos leva a acionar a necessidade de mudar, o que sempre esteve presente nesta universidade. No entanto, o modelo de mudança hoje posto pelos gestores do capital, de desregulação do trabalho, de rebaixamento das condições salariais e de trabalho, de elitização do ensino, de centralização dos processos decisórios, de desqualificação das lutas que expressam as contradições de interesses sociais, não se coadunam com nossa trajetória, nem com a função que socialmente vem cumprindo e para a qual foi gestada nossa universidade.

Pois, conforme também já cansamos de expressar, dado que somos uma instituição de pesquisa e educação, temos a responsabilidade social de garantir, como qualquer outra, uma produção de qualidade, e por este produto os docentes são os que mais sentem o peso, sem desconsiderar a contribuição das outras esferas que a integram e de cuja produção são partícipes. Mas como manter a responsabilidade social acima referida se os direitos adquiridos ao longo destes anos passam a ser considerados responsáveis pela crise?

Se a sociedade percebe a universidade como um lugar em que se garante capacitação para o exercício de determinadas profissões, em especial, as denominadas profissões liberais (conceito este, no mínimo, questionável), todos temos presentes um pressuposto anterior a este, que é a própria criação de conhecimento. Embora haja consenso que a universidade seja um âmbito instituído para fazer avançar o conhecimento, onde a investigação interaja de forma crescente com as inovações científicas em curso na sociedade, parece não haver consenso sobre as condições que garantam que tal produção se materialize e, portanto, sobre os investimentos que a instituição necessita fazer neste sentido. Assim, várias propostas de solução para a atual crise, em vários momentos, parecem deixar de priorizar tais condições. Não só no reconhecimento desta função social que os docentes cumprem, mas no aproveitamento de sua produção pela sociedade. Esta é uma das facetas que mereceria maiores discussões, pois sem um reconhecimento do que caracteriza a produção desta universidade, que poderia ser transformado em um produto a ser absorvido pela sociedade de forma massiva, esta produção fica restrita às salas de aula ou aos artigos e publicações ou divulgação individual.

Muitos rememoram o cumprimento satisfatório da função para a qual este tipo de instituição foi gestada (ser um instrumento de transformação social), particularmente nos momentos em que foi instada a integrar as lutas pela preservação da democracia na sociedade. No entanto, as opiniões divergem sobre a responsabilização por uma crise que se acentua ao longo dos anos. Pois se defendemos e preservamos a gestão autônoma, democrática e tripartite que a caracteriza como uma das poucas instituições deste porte a manter tais mecanismos de governo, o que significará centralizar o poder com o argumento de que isso resultará na tomada de decisões de forma mais articulada e eficiente?

No entanto, como preservar esta tradição que a diferencia das outras que já perderam tal condição democrática sem cair no engodo fácil de atribuir às lutas pela preservação dos direitos conquistados a responsabilidade pela crise, sem onerar as condições de trabalho que vêm garantindo a qualidade ainda reconhecida socialmente, sem onerar os alunos com novos aumentos de mensalidades? De que forma ampliar a relação com a sociedade e buscar nas oportunidades hoje vigentes a possibilidade de encontrarmos alternativas de solução à crise que enfrentamos, pois se não o fizermos corremos o risco de corroborar as alternativas que consideram que os problemas desta instituição devem ser resolvidos à semelhança do que fizeram empresas privadas: saíram da crise mas, a não ser que tenham ampliado a mecanização da produção, a diminuiram.

Esta é a conjuntura em que as atuais eleições da Apropuc se colocam. Como se pode considerar, não basta centrar a atuação da entidade na preservação das garantias de trabalho e das condições salariais, mas mais do que nunca, é necessário entender o que significa abandonar a postura de lutar por sua preservação.

Vera Lúcia Vieira

é professora da Faculdade de Ciências Sociais



Passeata dos funcionários na Rua Cardoso de Almeida, março/2003

JOÃO CARLOS PIRES

Pelo respeito à data-base dos funcionários

Desde o dia 13 de fevereiro deste ano, os funcionários vêm se mobilizando para discutir um novo acordo salarial e novas cláusulas sociais para os trabalhadores administrativos desta universidade. No entanto, até agora – final de maio – só obtivemos de nossos gestores propostas que estão longe de atender minimamente aquilo que, por lei, temos direito.

A última proposta rejeitada pela categoria, embora acenasse com um reconhecimento de nossa reivindicação dos 6,38% do Índice do Custo de Vida do Dieese, jogava a aplicação deste reajuste para o mês de fevereiro de 2005. Na prática, tal proposta significa uma perda salarial para cada trabalhador de aproximadamente 76% de seu salário, deixando a categoria por 23 meses sem uma recomposição salarial.

Em troca, a administração da universidade acena com a manutenção das cláusulas sociais hoje em vigor, mas também não avança em quase nenhuma outra reivindicação social da Afapuc.

É claro que a categoria tem plena consciência da situação difícil que a universidade enfrenta, dentro de um contexto de crise nacional que afeta a maioria das instituições de ensino do país. Não nos falta sensibi-

lidade para compreender esse momento (embora algumas manifestações possam afirmar o contrário), e, por isso mesmo, sabemos da importância da manutenção das cláusulas sociais, conseguidas com tanto suor da categoria. Mas seria uma temeridade abrir mão do reajuste salarial, daquilo que representa unicamente a recomposição do poder de compra do trabalhador.

Não abriremos mão de nossa base salarial. E, principalmente, não podemos jogar para a responsabilidade de outra Reitoria, que assume em novembro, um direito que já nos deveria ter sido assegurado em março.

Não podemos transferir para os ombros do trabalhador o ônus de uma crise que ele não fabricou. Se a universidade não consegue gerenciar nossa crise, com os R\$ 4 milhões que anualmente desembolsa para sustentar as suas verbas de representação, que pelo menos, abdique de parte deste valor e arque com os R\$ 2,5 milhões anuais que representarão o reajuste dos funcionários administrativos. Se a crise demanda soluções criativas, aqui fica nossa modesta contribuição.

**Diretoria da Associação dos Funcionários
Administrativos da PUC-SP**